



VII M.D.A.

**Conferência de Ialta
(1945)**

Guia de Estudos

Sétima Edição

do Modelo Diplomático Agostiniano

Guia de Estudos

**Conferência de Ialta
(1945)**

Elaboração

Ana Camizão

Beatriz Sut

Maria Luiza Campos

Rafaella Murad

Revisão

Duda Macedo

João Antonio Guarnieri

Orientação

Felipe Queiroz

Mario Guarnieri

SUMÁRIO

1. Carta aos delegados	4
2. A Segunda Guerra Mundial	5
2.1. Leste Europeu	5
2.2. Oeste Europeu	8
2.3. Região do Pacífico	12
3. Questão Alemã	14
3.1. Situação Militar	14
3.2 Situação Econômica	15
3.3 Situação Territorial	15
3.4. Nazismo	16
3.5. Situação alemã nas proximidades da Conferência	17
4. Conferências Prévias Relevantes	18
4.1. Moscou	18
4.2. Casablanca	18
4.3. As Declarações de Moscou	18
4.4. Cairo	19
4.5. Teerã	19
4.6. Dumbarton Oaks	21
5. Situação Atual	22
5.1. Questão Territorial	22
5.2. Questão Econômica	23
5.3. Questão Política	24
5.3.1. Polônia	24
6. Tópicos a serem debatidos	25
7. Representações	26
7.1. Estados Unidos da América	26
7.2. Grã Bretanha	27
7.3. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	28
8. Referências	28

1. Carta aos delegados

Queridos delegados,

Sejam bem-vindos à Conferência de Ialta! A sétima edição do Modelo Diplomático Agostiniano traz aos senhores a oportunidade de simular um dos comitês mais decisivos para os novos rumos da geopolítica internacional no contexto da Segunda Guerra Mundial. A Conferência de Ialta foi um evento que teve impacto não apenas sobre as nações envolvidas na problemática, como também sobre toda a esfera global, direta ou indiretamente.

Em fevereiro de 1945, quando a segunda Grande Guerra se aproximava de seu fim, muitas questões acerca do futuro cenário da geopolítica global estavam incertas. Portanto, haverá neste comitê histórico da Conferência de Ialta uma grande responsabilidade nas mãos dos senhores, os dando poderes para não apenas propor as resoluções do conflito, como também para mudar ou manter o rumo das Relações Internacionais contemporâneas.

Ficamos muito felizes com o interesse demonstrado em participar desse comitê, e esperamos que ao fim desses três dias de calorosas discussões os senhores alcancem uma negociação que satisfaça a todos. Esse material foi preparado com muito carinho, portanto façam bom proveito e mergulhem profundamente nos estudos sobre o contexto da época, pois confiamos aos senhores o andamento de debates espetaculares. Acima de tudo, a mesa diretora e o MDA prezam sempre pelo conforto e acolhimento dos senhores, e com isso desejamos uma excelente experiência a todos. Estamos ansiosas para recebê-los! Nos vemos em fevereiro de 1945!

Carinhosamente,

Ana Luisa Camizão

Beatriz Sut

Maria Luiza Campos

Rafaella Murad

2. A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 e 1945, tendo como forças combatentes o Eixo e os Aliados. A aliança do Eixo era formada pela Alemanha, governada por Adolf Hitler, pela Itália, governada por Benito Mussolini, e o Japão, governado pelo Imperador Hirohito. Os três se aproximaram na década de 1930 por conta de suas ações expansionistas - em relação à Áustria, à Etiópia e à Manchúria, respectivamente - e foram, ao longo da guerra, acrescidos de algumas outras nações (BRITANNICA, 2020). Os Aliados, por sua vez, inicialmente eram compostos apenas pela França e Império Britânico, mas passaram a incluir diversos países, com ênfase na União Soviética, Estados Unidos e, ao fim da guerra, China.

O aspecto mundial da guerra deveu-se, além da diversidade de atores, das diferentes regiões onde os conflitos eclodiram. O principal, e inicial, palco de batalhas foi a Europa, tanto no Leste quanto no Oeste do continente. Os outros fronts de maior dimensão foram o Pacífico e a região do Extremo Oriente. Além desses, a guerra se apresentou também no Atlântico e no Norte da África e Oriente Médio. (LOWE, 2011).

Esse conflito ficou marcado pela sua mortandade, sendo considerada a guerra mais letal já ocorrida. Embora os números ainda sejam alvo de muita dúvida, hoje estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas morreram, em sua maioria civis. Em uma guerra marcada pela relevância das forças aéreas, muitas das mortes estão relacionadas a bombardeios de cidades e campos agrícolas. Milhões pereceram de fome e doenças, principalmente na Ásia Oriental, e outros tantos foram vítimas das políticas de extermínio nazistas ou campos de trabalho forçado (BRITANNICA, 2022)

2.1. Leste Europeu

A Segunda Guerra Mundial teve início oficial no dia 1 de setembro de 1939, quando as tropas alemãs invadiram a Polônia. Nesse ataque, a estratégia adotada por Hitler foi a *Blitzkrieg* - guerra relâmpago - em que os ataques seguiram a sequência de serem primeiramente aéreos e depois terrestres. Dessa forma, atingindo primeiro às forças aéreas e redes de telecomunicação e transporte, se impedia o país atacado de desenvolver qualquer tipo de defesa. Além de visar a recuperação dos territórios perdidos na Primeira Guerra, Hitler buscava, principalmente, submeter a Polônia ao controle alemão, seguindo rigorosamente a missão de encarcerar ou aniquilar todos os inimigos do nazismo (GILBERT, 2014).

Deste dia em diante, ocorreu uma série de ataques em território polonês, de forma a deixar o país completamente inabilitado a se defender. A Polônia tornou-se um campo de guerra, com 3 cenários simultâneos: guerra dos homens armados, guerra dos civis inocentes e guerra marítima. Em uma semana, o país estava totalmente devastado, demonstrando sucesso da missão alemã de, segundo o coronel alemão Eduard Wagner, destruir e exterminar a nação polonesa (GILBERT, 2014).

Em meados de setembro do mesmo ano, a atuação soviética teve início, quando foi revelada uma cláusula do Pacto de não-agressão Germano-Soviético, na qual era traçada uma linha de demarcação de controle soviético em território polonês. Com isso, o Ministro de Relações Exteriores Vyacheslav Molotov anunciou que o governo polonês passou a não existir, e então as tropas soviéticas ocuparam o leste da Polônia (GILBERT, 2014).

No decorrer do mês, os planos de Hitler acerca do extermínio judeu avançavam, sempre determinando punições e ameaças severas aos que não seguissem as instruções do regime alemão. Havia resistência por parte da população polonesa em geral, especialmente em Varsóvia, e os habitantes lutavam contra a rendição. Contudo, o exército alemão, ao ser informado acerca de tal resistência, foi mais firme nos ataques, e no dia 25 bombardeou intensamente a capital. Assim, foi impossibilitada a continuação da resistência, e a Polônia tornou-se vítima de uma guerra brutal, com militares combatendo civis (GILBERT, 2014).

A derrota da Polônia provocou mistos sentimentos dentre as principais nações europeias, despertando certa empatia pelo povo polonês por parte dos britânicos e franceses, espanto com a força militar alemã, indignação diante da falta de atitude soviética, e uma certa vergonha de não terem atuado tanto na defesa. Diante desse cenário, após a queda de Varsóvia instaurou-se nas principais nações da Europa um intenso receio acerca dos futuros passos a serem tomados por Hitler (GILBERT, 2014).

No fim de setembro, Stalin encontrou-se com o Ministro das Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, e dividiram novamente os territórios poloneses, dessa vez reconhecendo a influência soviética sobre o leste da Polônia e sobre a Lituânia. Incluído nesse fragmento territorial polonês de posse soviética, estava um importante poço de petróleo, então Stalin comprometeu-se a fornecer determinadas toneladas de petróleo para a Alemanha (GILBERT, 2014).

Posteriormente, Stalin também estabeleceu negociações com outras nações pertencentes ao Leste Europeu, assinando tratados de auxílio mútuo com Estônia, Letônia e Lituânia, de forma a manter tais regiões preenchidas com defesa militar. Concomitantemente,

Hitler estava protagonizando a denominada “guerra do mar”, especialmente contra a França e o Reino Unido, sendo frequentes os afundamentos de navios britânicos (GILBERT, 2014).

Nos primeiros dias de outubro de 1939, o conflito permanecia ativo, com bombardeios britânicos em Berlim e a continuidade da guerra na cidade de Varsóvia, já ocupada pelos alemães. Tendo esse panorama em vista, era de se imaginar que Paris e Londres eram as próximas vítimas, entretanto Hitler pronunciou-se em 6 de outubro, e em seu discurso estava contida a mensagem de paz e negociações com as nações francesa e britânica. Aparentemente, seu objetivo era apenas instaurar o terror e a guerra no leste europeu, tendo excluído inteiramente a Polônia de qualquer possibilidade de negociação (THE PUBLIC’S LIBRARY AND DIGITAL ARCHIVE, 1939).

Com o passar dos dias e dos ataques, Hitler conseguiu expandir as fronteiras alemãs, anexando territórios e instituindo 3 novas províncias como parte de seu Reich. Nesse processo, Varsóvia foi diminuída de capital para cidade de província, e o objetivo de Hitler diante a Polônia também foi exposto: tornar o país em colônia alemã e converter seus nativos em escravos do Grande Império Alemão.

A partir de dezembro, porém, o foco alemão tornou-se outro - partiram para a Finlândia. Todavia, a Polônia continuou sobre domínio alemão, e o governo-geral seguia declarando medidas de extermínio judeu. Mesmo quando estavam fora de foco, o povo polônes seguia sofrendo nas mãos alemãs, com um número altíssimo de mortes.

De 1940 em diante, as ofensivas alemãs miraram no Oeste Europeu, lutando contra países protagonistas na guerra, e também invadindo países menores como Dinamarca e Noruega, mas a Polônia seguiu sob domínio alemão até o fim da guerra, em 1945. Durante esse período, em 1941, a Alemanha invadiu o leste polonês, território anexado pela URSS. Entretanto, alguns anos depois, o Exército Vermelho conseguiu recuperá-lo, afastando os invasores e retomando ao domínio soviético (GILBERT, 2014).

Nota-se que ambas potências alemã e soviética tinham objetivos comuns no que tangia à Polônia, desrespeitando sua soberania e destruindo seu povo e sua cultura, e trabalharam juntos com planos para lidar com a resistência polaca e para destruir a Polônia como um todo. No intervalo de 1939 a 1941, foram realizadas uma série de conferências, denominadas Gestapo-NKVD, nas quais reuniam-se figuras de ambos lados, visando a discutir e determinar o futuro da Polônia (LITHUANIA TRIBUNE, 2020). Tal cooperação só teve fim com a Operação Barbarossa, quando a Alemanha invadiu a União Soviética, encerrando, então, qualquer abertura de diálogo.

No passar dos anos de guerra, diversas hostilidades e ataques seguem acontecendo no território polônes, praticamente mantendo as condições dos primeiros meses de ocupação. No ano de 1941, as autoridades alemãs criam um gueto no país, no qual obrigam os judeus remanescentes a viver e, posteriormente, no mesmo ano, as SS e o Chefe de Polícia da Cracóvia criam um campo de trabalhos forçados, para onde eram enviados os judeus (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2021).

Finalmente, em 1945, o cenário passa a assumir uma nova face e os soviéticos passam a atuar na libertação polonesa da Alemanha. Em janeiro, o Exército Vermelho toma Varsóvia e faz os nazistas evacuarem Auschwitz, local central dos campos de concentração (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2021).

2.2. Oeste Europeu

A campanha alemã na Europa Ocidental começou em 1938 com o chamado Anschluss, a anexação da Áustria ao Terceiro Reich. As tropas nazistas rapidamente tomaram controle do país, aclamadas pela grande maioria dos austríacos (STEININGER, 2012) que, apenas alguns dias depois, legitimaram a unificação através de um referendo em que 99% da população votou em apoio ao partido hitleriano. Alguns anos depois, já durante a guerra, passou-se a se entender o que ocorreu como uma invasão, com os Aliados proclamando a Áustria como “o primeiro país livre a se tornar vítima da agressão hitlerista” (CONFERÊNCIA DE MOSCOU, 1945). Ainda no mesmo ano, Hitler enviou tropas para a Renânia, declarada área desmilitarizada após a 1ª Guerra sem receber qualquer resistência das potências europeias, que ainda buscavam por uma saída pacífica (FOLLY, 2004).

Em 1939, houve um avanço maior da Alemanha em direção ao leste europeu, culminando na invasão da Polônia e, conseqüentemente, na declaração de guerra por parte da França e da Inglaterra - os Aliados. Esse período, porém, do final de 1939 a abril de 1940, foi marcado por extrema letargia no fronte ocidental (FOLLY, 2004). Conhecido como “Guerra de Mentira” (LOWE, 2011), viu a Inglaterra e França em uma tentativa de se armar e se organizar, mas sem nenhuma proatividade de atacar militarmente, e uma Alemanha que esperava ainda conseguir negociar acordos de paz com essas potências. Enquanto isso, países vizinhos como a Bélgica e Holanda insistiram na neutralidade, atrapalhando o posicionamento de tropas em localizações estratégicas da fronteira alemã. (FOLLY, 2004). A pouca ação que realmente ocorreu se deu através das marinhas dos respectivos países, que entraram em embate algumas vezes nesses meses.

Os Aliados tentaram ainda intervir na Finlândia, que havia sido invadida pela União Soviética. Entendendo Stálin como o “mais próximo colaborador de Hitler” (FOLLY, 2004), eles buscavam frustrar um através do outro, mas a incursão militar nunca ocorreu, pois a neutralidade da Noruega e Suécia não permitiu a passagem dos comboios militares por esses territórios.

Preocupado com as conversas entre o governo britânico e os países escandinavos, Hitler decidiu invadir a Noruega, usando a Dinamarca para facilitar seu ataque. Em abril de 1940, a tensa ausência de conflitos no Oeste Europeu se rompe com o ataque e rápida derrota da Dinamarca e, logo em seguida, da Noruega (ZIEMKE, 1990). Esse momento foi primordial para o entendimento das forças Aliadas da capacidade estratégica do exército alemão, uma vez que as tropas enviadas como resposta à invasão foram obrigadas a se retirar em menos de duas semanas (FOLLY, 2004).

Com a sua técnica de *Blitzkrieg*, ou ataque-relâmpago, a Alemanha varreu a Europa Ocidental nos meses seguintes, em especial por conta de sua poderosa força aérea, a *Luftwaffe*. Em duas semanas tanto a Bélgica quanto a Holanda e Luxemburgo haviam se rendido, e as tropas nazistas partiam para a França (FOLLY, 2004). Enquanto a fronteira franco-alemã era extremamente segura, margeada pela chamada Linha Marginot, um perímetro de defesa fortemente fortificado, o mesmo não podia ser dito da fronteira entre a França e a Bélgica e Luxemburgo, fraqueza explorada pelo exército nazista. (JACKSON, 2004).

Uma sucessão de derrotas militares acarretou em uma rápida tomada da França. Em pouco tempo, os alemães haviam tomado todo o norte do país, confinando o restante das tropas Aliadas na praia de Dunkirk, na Normandia. Percebendo a precariedade de sua situação, o Gabinete de Guerra inglês optou pela evacuação de suas tropas. (LORD, 2017). Ajudados por uma ordem de pausa nos ataques alemães, a chamada Operação Dynamo contou com a ajuda de pequenas embarcações civis britânicas, resgatando mais de 300 mil soldados, no que foi considerado um sucesso militar. Desses soldados, os franceses foram realocados de volta à Normandia, e os outros foram levados à Inglaterra. (FOLLY, 2004). Estes contavam com belgas, holandeses, britânicos e uma tropa polonesa conhecida como Exército Polonês pelo Oeste, que se integrou as forças armadas do Reino Unido e, em 1945, foi uma das principais vozes pedindo pela independência da Polônia, para que consigam voltar ao seu país natal (PESZKE, 2006).

Logo depois da Operação Dynamo os alemães tomaram Paris, seguindo então para o sul da França. Foi nesse momento que a Itália - sob o governo de Mussolini - se uniu

oficialmente à Alemanha, ajudando no ataque à III República Francesa, buscando territórios e concessões coloniais advindas dos esforços de guerra (FOLLY, 2004). Uma série de questões políticas na França levaram à renúncia do então primeiro-ministro Reynaud em favor do herói militar da Primeira Guerra, uma importante figura da direita do país, o General Pétain. Temendo que uma derrota completa levasse à anarquia e subsequente tomada do poder por um governo de esquerda - o Gabinete era extremamente conservador e anti-comunista -, o governo escolheu por se render, assinando um armistício que dividia a França em duas. (JACKSON, 2003). O norte, onde fica Paris, passaria a ser uma Zona Ocupada, governada pelo exército alemão, e o sul seria uma Zona Não Ocupada, onde Pétain governaria, no que ficou conhecido como República de Vichy. Esse foi um governo extremamente autoritário e muito próximo da política fascista, tendo se tornado um parceiro da Alemanha nazista, em especial em relação na sua relação com a comunidade judaica. O novo governo francês foi oficialmente antissemita, capturando e deportando muitos judeus para os campos de concentração nazistas (MUNHOLLAND, 1994).

Procurando forçar um acordo de paz com a Inglaterra, que agora encontrava-se sozinha na guerra, a Alemanha apostou em ataques aéreos. A guerra no fronte ocidental se tornou, então, um conflito entre aeronáuticas, entre a RAF - *Royal Air Force*, ou Força Aérea Real -, e a *Luftwaffe*. Nesta luta, os ingleses se saíram beneficiados pois, lutando em seu próprio espaço aéreo, tinham menores preocupações com a autonomia dos aviões. Logo os alemães mudaram sua estratégia para bombardeios noturnos, focando em plantas industriais, centros culturais e, principalmente, Londres, em um movimento conhecido como “The Blitz”, que durou até a primavera de 1941. Esse foi um momento crucial para a guerra, uma vez que tocou muitos estadunidenses, que passaram a defender um maior apoio a Inglaterra (FOLLY, 2004) e também foi o primeiro momento em que a Alemanha foi efetivamente contida (LOWE, 2011).

Nos anos seguintes, as forças Aliadas - que passaram a agregar a União Soviética e os Estados Unidos - assim como o Eixo, focaram em campos de batalhas fora da Europa Ocidental. Os conflitos se intensificaram no Pacífico, no Leste Europeu e no norte da África e Oriente Médio. Nas regiões de colônia, os Aliados buscavam garantir que o Eixo não ganharia mais território, especialmente de então colônias francesas, muitas das quais escolheram manter-se fiéis a Vichy. Nestas, os ingleses tomaram as munições e combustível dos navios ou, quando não se renderam, chegaram a matar milhares de franceses. (FOLLY, 2004).

O principal local disputado era o Egito, por conta de sua posição geograficamente privilegiada devido ao Canal de Suez. Depois de uma série de batalhas, em que a região passou pelas mãos britânicas, italianas, Aliadas e alemães, os Aliados venceram a guerra na Batalha de El Alamein, em outubro de 1942. Com isso, os Aliados tomaram o Egito, impedindo a passagem do Eixo para o Oriente Médio e conseguindo uma vitória crucial para a sua expulsão do Norte da África (LOWE, 2011). Em maio de 1943, as forças Aliadas haviam vencido as últimas tropas no continente e conquistado a Tunísia, por onde acreditavam haver uma melhor entrada para a Itália, de onde acreditavam ser mais fácil continuar a liberação dos territórios conquistados na Europa Ocidental (FOLLY, 2004). Nesses dois anos, a Inglaterra ganhou também a Batalha do Atlântico, conflito entre submarinos Aliados e alemães que levou a uma grande perda para a Marinha alemã (LOWE, 2011).

Em 10 de julho de 1943 os Aliados desembarcaram na ilha italiana da Sicília, em uma campanha anglo-americana, entendida como a primeira campanha anfíbia - marinha, aeronáutica e exército - em território inimigo então feita (GRAHAM E BIDWELL, 2004). O sul da Itália foi rapidamente liberado, com a imposição de uma junta militar Aliada no poder. Essa resposta diferenciou-se do que ocorreu no Norte da África, onde os territórios foram considerados “amigos livres”, e governos locais foram formados (HARRIS, 1957). Hitler se recusou a auxiliar a região com mais tropas e a iminência da derrota fez com que o rei Vítor Emanuel III decidisse por procurar o apoio aliado, rompendo laços com Mussolini - que foi preso pelo governo italiano. Os dias seguintes ficaram conhecidos como “Os Quarenta e Cinco Dias”, momento em que o Estado italiano, com medo de uma invasão completa por parte da Alemanha, procurou um semblante de neutralidade (GINSBORG, 2003).

Em setembro, um armistício foi assinado com os Aliados. A Itália aceitou a renúncia completa e se tornou um país “co-beligerante”, não sendo garantido o status de Aliado. Em outubro, eles declararam guerra à Alemanha. Os nazistas então invadiram efetivamente a Península Itálica, que acabou dividida em duas: o norte sob ocupação alemã e o sul, compartilhado entre os Aliados e a monarquia italiana. (GINSBORG, 2003). Os anos seguintes foram de extensa e cansativa luta dos dois lados, e um lugar que se entendia como uma entrada para a Europa, se tornou um fronte separado (FOLLY, 2004). Em fevereiro de 1945, as forças alemãs ainda resistiam, embora com a moral em baixa, e a libertação do norte italiano aparecia no movimento Aliado, pelo Leste e Oeste, em direção ao Terceiro Reich (GINSBORG, 2003).

O momento mais importante do fronte ocidental da guerra viria em 6 de junho de 1944 - o Dia D. Foi o início da operação Overlord, acordada no Acordo de Teerã, em que tropas britânicas, estadunidenses e canadenses desembarcaram na Normandia - praia francesa - e iniciaram seu movimento em direção à Alemanha. O governo francês exilado em 1940, liderado por Charles de Gaulle, não foi informado da operação, em uma clara mostra da posição que ocupava frente aos outros Aliados (WIEVIORKA, 2010). Meses de intensa luta se seguiram, dificultados por uma população normanda que, extremamente fragilizada pelos anos de ocupação e recentes bombardeios, não buscou se unir aos esforços de liberação (HITCHCOCK, 2009).

Uma vez libertada a Normandia, os Aliados seguiram para o interior da França, onde encontraram também grandes dificuldades para garantir o recuo alemão (Folly, 2004). Apesar disso, conseguiram chegar até Paris onde, por cortesia, os estrategistas Aliados permitiram que as forças livres francesas realizassem a libertação, em agosto de 1944. De Gaulle rapidamente chegou à cidade e começou a reconstrução do Estado francês (HITCHCOCK, 2009).

Com a França livre, os Aliados seguiram para a Bélgica onde, com ajuda da população local, conseguiram expulsar os nazistas com relativa facilidade, em menos de um mês. Porém, enquanto os Aliados se preocupavam em reconstruir as instituições belgas que, ao contrário da França, não tinham um líder para voltar ao poder, os alemães lançaram a Ofensiva de Ardenes (HITCHCOCK, 2009). De dezembro de 1944 a janeiro de 1945, os nazistas realizaram vários ataques na fronteira entre Bélgica e Luxemburgo. O conflito foi sangrento e extremamente custoso mas, ao final, cimentou a vitória Aliada na Europa Ocidental, exaurindo os últimos recursos alemães (AXELROD, 2007). Eles começaram, portanto, a planejar sua entrada na Alemanha, já tendo libertado também partes da Holanda (HITCHCOCK, 2009).

2.3. Região do Pacífico

Primordialmente, a Segunda Guerra envolvia diretamente - e era dividida por - o Eixo - Alemanha, Itália e Japão - e os Aliados - França, Grã-Bretanha e União Soviética. No entanto, em 1941 (HOBSBAWM, 1995), os Estados Unidos oficialmente entram na guerra quando tem sua base em Pearl Harbor, no Havaí, atacada. O ataque, realizado pelo Japão, tem como motivação a discordância entre as duas potências em relação à ocupação das tropas japonesas nos demais territórios do Pacífico e um interesse em comum entre as duas

potências da exploração de recursos naturais, como o petróleo – essencial para o funcionamento da máquina de guerra.

O Japão aproveitou a instabilidade existente no momento após a invasão vitoriosa da Alemanha sobre a França para dar início a uma expansão imperialista e dominar o território da China e Indochina Francesa (ESPÍNDOLA, 2017), o que faz com que entre em atrito com os EUA, que não aprovava tal influência sobre o território asiático. A partir de então, os EUA realizaram um bloqueio sobre a venda de produtos estratégicos para o Japão, como o petróleo (FERNANDES, 2019), que era indispensável no momento da guerra. O Japão, então, que além de não acreditar que países ocidentais deviam ter influência sobre países orientais, reconhecia que uma guerra contra os EUA naquele momento era indispensável, uma vez que sua única forma de conseguir permanecer na guerra seria encontrando formas alternativas de conseguir o petróleo.

Dessa forma, os japoneses planejaram uma invasão às Índias Orientais Holandesas (LIMA, 2020). No entanto, os estadunidenses, prevendo o ataque, enviam navios para Pearl Harbor, que, localizada no Pacífico, encontrava-se em uma posição estratégica de ataque. O Japão, então, encontra-se com duas alternativas: invadir diretamente as Índias e arriscar um ataque estadunidense no qual, devido ao posicionamento vantajoso que se encontrava, provavelmente teria sucesso, ou eliminar tal ameaça e invadir os territórios petrolíferos em um segundo momento. Dessa forma, os japoneses colocam em prática o plano de atacar Pearl Harbor (FERNANDES, 2019), oficializando a decisão da entrada dos EUA na Segunda Guerra e o início da Guerra no Pacífico.

Agora, com uma disputa estabelecida entre Japão e EUA, inicia-se uma série de conflitos envolvendo as duas potências. Após o ataque à base americana em Pearl Harbor, o exército americano precisava retaliar não apenas para aumentar a moral das tropas, mas também para intimidar o exército japonês. Dessa forma, é realizado o Ataque Doolittle no Japão em abril de 1942, feito por porta-aviões que executaram o ataque a partir do Pacífico. Ele resultou em poucos danos materiais porém acarretou um grande dano psicológico à população japonesa e chamou a atenção para a necessidade da marinha do Japão de estabelecer um maior perímetro defensivo no Pacífico. No mês seguinte ao ataque, ocorreu um segundo conflito, chamado de Batalha no Mar de Coral, na qual a potência norte-americana sofreu perdas leves, enquanto o Japão teve uma perda significativa de alguns dos seus principais navios. Os japoneses acreditavam, ainda que com a derrota nesta batalha, seria negociado um tratado de paz entre as duas potências. Assim, atraem a marinha estadunidense para Midway, que pretendiam ocupar devido à posição vantajosa do território.

Lá, toda a marinha do país asiático estaria pronta para combatê-los e derrotá-los. É armada, então, uma estratégia envolvendo diversos navios e submarinos. Parte dos navios serviria para distrair e atrair os americanos ao território desejado, enquanto os submarinos rastream o movimento estadunidense. No entanto, o plano foi descoberto pelos Estados Unidos antes de ser posto em prática, resultando em uma vitória esmagadora americana – decisiva para o andamento da Guerra e para a continuação da ofensiva estadunidense contra o Japão. Tal batalha ficou conhecida como a Batalha de Midway. (RAY, 2022)

Ao se aproximar da Conferência de Ialta, a Guerra no Pacífico ainda acontecia a todo vapor. Os Estados Unidos estavam prestes a embarcar na Batalha de Iwo Jima – a maior operação realizada, até então, na guerra contra o Japão. Para o governo estadunidense, dominar a posição de Iwo Jima significaria um novo ponto de ataque contra os Japoneses que iria mudar a forma na qual era realizada a ofensiva americana – eles sabiam, portanto, que tal batalha não seria nada fácil.

Os Estados Unidos, o Japão, e as outras nações beligerantes não tinham uma estimativa concreta do quanto a Guerra ainda poderia durar, com alguns acreditando que seriam necessários mais um ou dois anos de conflitos para que se chegue em uma conclusão. Dessa forma, é crucial para os Estados Unidos, ao entrar na Conferência de Ialta, garantir apoio – seja militar, seja financeiro – de outras potências para garantir um resultado favorável ao final da Guerra no Pacífico.

3. Questão Alemã

Em primeira análise, é de extrema importância ressaltar as determinações impostas pelo Tratado de Versalhes assinado em Junho de 1919, um ano após o fim da Primeira Guerra Mundial, o qual culpabilizou a Alemanha e seus aliados pelo conflito. Nessas condições estabeleceram-se penalidades territoriais, econômicas e militares. (KUZNETS, 1966)

3.1. Situação Militar

No que tange ao aspecto militar, destaca-se que o exército alemão foi forçado a reduzir para 100.000 homens, além de severas restrições na marinha e extinção completa da aeronáutica. Além disso, o serviço militar obrigatório foi abolido e a indústria bélica, proibida de produzir novos armamentos de guerra, como armas de grosso calibre. (KUZNETS, S., 1966)

3.2 Situação Econômica

Nesse cenário catastrófico para o governo alemão, altas indenizações foram impostas, totalizando o valor de 132 bilhões de marcos (moeda alemã da época), equivalente a 249 bilhões de dólares nos dias atuais, além de cobranças extras relacionadas ao custo de auxílio aos mutilados nas batalhas. Nesse período pós Primeira Guerra, o país passava por uma grande instabilidade econômica, resultando em uma intensa e volátil inflação e, conseqüentemente, um aumento considerável no preço dos produtos comercializados. (DORNBUSCH, 1986)

Tabela 1
Taxa mensal de inflação na Alemanha (1919-1924)

Mês	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Janeiro	6,94	56,41	-0,07	5,10	88,68	-7,01
Fevereiro	3,05	34,16	-4,38	11,95	100,68	-0,98
Março	1,48	1,43	-2,76	32,42	-12,48	3,87
Abril	4,38	-8,31	0,90	16,97	6,63	2,80
Mai	3,85	-3,77	-1,36	1,62	56,75	-1,28
Junho	3,70	-8,36	4,43	8,86	137,27	-5,36
Julho	10,06	-1,09	4,54	43,09	285,80	-0,78
Agosto	24,49	60,70	34,24	90,87	1162,31	4,35
Setembro	16,82	3,31	7,82	49,48	2431,67	-5,83
Outubro	14,00	-2,14	19,01	97,21	29607,11	3,14
Novembro	0,64	2,93	38,86	103,89	10121,13	-1,53
Dezembro	18,44	-4,57	2,08	27,82	73,85	1,55

Fonte: Visconti (1987, p. 8).

Ademais, 10 anos após a determinação de tais punições, a economia alemã se encontrou ainda mais deprimida, na medida em que houve um aumento na pressão sobre o pagamento de todas as indenizações, em prol de todos os países europeus serem afetados pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, acarretando em uma das maiores crises econômicas da história. Dessa forma, no período entre guerras o panorama econômico não era favorável, levando à falência dos principais bancos alemães, como o Danat-Bank e o Reichsbank, urgindo-se por novas mudanças e reformas financeiras. (KUZNETS, S., 1966)

3.3 Situação Territorial

Por fim, foram entregues os territórios conquistados durante a Primeira Guerra para os países vencedores, dando-se ênfase na devolução da região da Alsácia-Lorena para a França. Ademais, o “corredor polonês” que ocupava cerca de 60 km da fronteira oriental da Alemanha foi devolvido ao governo da Polônia, a Áustria foi reconhecida como um país independente e, os domínios coloniais nos continentes africano e asiático, repartidos entre a Inglaterra, França, Bélgica e Japão. (FEINSTEIN, 1997)

Figura 1: Território pertencente à Alemanha após as determinações do Tratado de Versalhes



Fonte: UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM

3.4. Nazismo

Mediante o cenário de crise política, social e financeira, consequência das determinações citadas nos subtópicos anteriores, além dos graves danos gerados pela Crise de 1929, como aumento do desemprego, fome e falta de liquidez das instituições financeiras alemãs. Grupos radicais e totalitários cujo discurso garantia à população uma esperança de ascensão e vingança das humilhações do Tratado de Versalhes ganharam muita força e apoio popular. (TONIOLO, 1997.)

Nesse contexto, houve a ascensão da figura de Adolf Hitler, líder de extrema-direita do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, na esfera política, posto que seus discursos apelavam pela prosperidade e recuperação do país. Dentre os princípios defendidos pelo partido nazista, destaca-se: anticomunismo, antiliberalismo, antisemitismo, ultranacionalismo, expansionismo e forte militarismo.

Em 1933, o político foi aclamado como Chanceler (“Führer”, traduzido do alemão) concentrando todos os poderes em suas mãos e iniciando o Terceiro Reich alemão. Em 1935 estabeleceu-se as Leis de Nuremberg, que determinavam a segregação racial entre judeus e

arianos, visando a formação de uma “raça pura”, marcando o início das atrocidades cometidas pelo partido alemão e seus seguidores. (FEINSTEIN, 1997)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha nazista conquistou aliados, principalmente países que também adotavam uma política totalitária - como a Itália liderada por Benito Mussolini -, visando expandir o território alemão, garantindo a consolidação do pangermanismo. Nessas condições, foram realizados grandes investimentos na indústria bélica alemã, além de um crescimento exponencial do seu setor militar, desrespeitando as determinações do Acordo de 1919. (SBROCCO,2011).

No entanto, apesar de poucos acreditarem na possibilidade de uma derrota alemã ao final da guerra, a instabilidade econômica e as grandes perdas em batalhas contra a Grã-Bretanha, França e União Soviética expuseram a fragilidade do Terceiro Reich de consolidar seu projeto expansionista. Concomitantemente, as atrocidades cometidas pelo governo, tais como o massacre aos judeus, a criação de campos de concentração e as perseguições raciais estavam sendo expostas, levando a uma considerável perda de apoio popular, além da preocupação por parte dos demais países. (SBROCCO, 2011).

3.5. Situação alemã nas proximidades da Conferência

Por fim, o caos foi novamente instaurado na Alemanha, levando a sua rendição em 1945, também marcando o fim do Partido Nazista e a divisão do território alemão (SBROCCO, 2011), tópico de discussão do comitê em questão.

Para contextualizar a situação alemã às vésperas da Conferência de Ialta, destaca-se que em 1945, com a derrota alemã, o líder do Terceiro Reich se suicidou, concretizando a instabilidade política do país. Além disso, a economia alemã estava extremamente deteriorada, mediante ao fracasso do projeto expansionista e o país estava tomado pelos aliados (Estados Unidos, França e Reino Unido), na porção leste do território e pela União Soviética na porção oeste. (LUDWIG, 2001).

Nesse mesmo momento, os aliados instauraram em seus domínios territoriais o Conselho Aliado de Controle, visando melhor controle e reconstrução da região denominada como “Grande Berlim”, enquanto os soviéticos preocupavam-se com a propagação do socialismo e a consolidação de uma “porta de entrada” do socialismo na Europa Ocidental. (LUDWIG, Carlos Roberto, 2001).

4. Conferências Prévias Relevantes

4.1. Moscou

No ano de 1941, com a Operação Barbarossa, Hitler desrespeitou o Pacto Ribbentrop-Molotov de não agressão, invadindo a União Soviética. Logo após o acontecido e a consequente adesão aos Aliados por parte dos Estados Unidos, foi realizada a primeira Conferência de Moscou, com a presença das três principais potências desse lado do conflito: EUA, Reino Unido e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tal encontro propunha discussões acerca do futuro da guerra, sempre focando no principal objetivo de combate ao inimigo comum - a Alemanha nazista. Com isso, foi elaborado o Primeiro Protocolo, que determinava assistência sistemática ao Exército Vermelho na luta contra o exército alemão (CASSIDY, 2010).

Posteriormente, os líderes reuniram-se novamente em 1943, buscando ampliar o apoio britânico e estadunidense ao Exército Vermelho, além de debater o aumento da defesa nas áreas de foco da Operação Barbarossa (GILBERT, 1986). Nesse período, a Alemanha já estava se encaminhando para a rendição, após derrota na Batalha de Stalingrado.

4.2. Casablanca

Em janeiro de 1943, Roosevelt e Churchill reuniram-se em Casablanca, Marrocos, para discussões fundamentalmente militares. Dentre as pautas debatidas, estavam incluídas a invasão à Sicília, as principais linhas de ataque no Extremo Oriente, e o bombardeio estadunidense em território alemão (FGV CPDOC, 2020).

Além disso, foi elaborado o pedido de redenção incondicional dos Aliados para o Eixo mas que futuramente, veio a se provar contraproducente, por ter provocado maior determinação à resistência alemã e japonesa, prolongando a guerra (BRITANNICA, 2022).

4.3. As Declarações de Moscou

Dando continuidade ao que havia sido debatido previamente em Moscou, as três potências aliadas reuniram-se novamente em outubro de 1943. Com o fracasso da Liga das Nações, surgiram as primeiras ideias de um novo órgão internacional, que deu origem à Declaração das Quatro Nações ou Declaração das Nações Unidas, reconhecendo Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e China como as quatro potências mundiais (THE AVALON PROJECT).

Ademais, foi ratificada a Declaração Sobre Atrocidades, sendo essa a raiz do futuro Tribunal de Nuremberg de julgamentos de crimes nazistas. A Declaração definia o julgamento e punição de todos os homens praticantes ou coniventes das atrocidades cometidas pela Alemanha nazista durante o período da guerra, a serem punidos de acordo com os respectivos locais das ações e legislação de cada país (THE AVALON PROJECT).

Por fim, foram estabelecidas mais duas declarações a respeito da Áustria e da Itália. A primeira colocava o país em uma posição de vítima das ações de Hitler, assim anulando a anexação alemã desse território e sendo libertada da dominação. A italiana, por sua vez, baseava-se fundamentalmente na necessidade de destruição completa da doutrina fascista e imediata instauração de princípios democráticos ao povo italiano (THE AVALON PROJECT).

4.4. Cairo

Em novembro de 1943, na presença do presidente estadunidense Roosevelt, do primeiro-ministro britânico Churchill, e do general chinês Chiang Kai-shek, ocorreu a Conferência do Cairo, visando traçar o futuro da guerra diante da região asiática do Pacífico. A ausência de Stalin se deu em decorrência da presença da China, naquele momento em guerra com o Japão, pois o soviético temia que esse contato pudesse deteriorar a relação de neutralidade estabelecida no Pacto nipônico-soviético de 1941 (WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE, 1961).

Na conferência, foi assinada a Declaração do Cairo, que determinava três principais pontos, dentre eles: o despojamento do Japão de todas as ilhas dominadas no Pacífico desde a Primeira Guerra Mundial; a devolução dos territórios chineses ocupados pelo Japão, como a Manchúria; e a determinação, a longo prazo, de que a Coreia se tornasse livre e independente (WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE, 1961).

4.5. Teerã

Um mês após a Conferência do Cairo, os três líderes aliados reuniram-se no Teerã, território que havia sido recém desocupado pelas tropas estadunidenses e britânicas. Dentre os tópicos debatidos, destacam-se a abertura de uma “segunda frente” na Europa Ocidental, as operações de desembarque na região francesa da Normandia (que futuramente levariam ao “Dia D”), divisões territoriais pós guerra e próximos passos diante da guerra contra o Eixo, especialmente Alemanha e Japão. (FGV CPDOC, 2020).

Acerca de questões territoriais, Stalin foi um grande defensor da manutenção das fronteiras previamente estabelecidas pelo Pacto Ribbentrop-Molotov, e também da conquista da costa báltica da Prússia Oriental (BRITANNICA, 2021). A delegação soviética reforçou fortemente a necessidade de revisão das fronteiras polonesas com a União Soviética ao leste, de acordo com o que o secretário de Relações Exteriores britânico havia proposto em 1920. Nesse plano, foi sugerido também que a Polônia fosse recompensada pela perda territorial com o movimento da fronteira germano-polonesa aos rios Oder e Neisse, mas tal ponto não chegou a ser oficialmente definido nesta reunião (US DEPARTMENT OF STATE, 2001-2009).

A respeito da problemática japonesa, Stalin concordou em princípio de que a União Soviética declararia guerra contra o Japão depois de uma vitória dos Aliados sobre a Alemanha. Em troca, Roosevelt cederia às demandas de Stalin para as Ilhas Curilas e a metade sul de Sakhalin, e acesso aos portos livres de gelo de Darien (Dalian) e Port Arthur (Porto de Lūshun) localizados na península de Liaodong, no norte da China (US DEPARTMENT OF STATE, 2001-2009).

Durante as negociações, Estônia, Letônia e Lituânia foram abordadas por Stalin, que garantiu a Roosevelt que os respectivos territórios apenas seriam incorporados à URSS após consulta popular via referendo. Entretanto, Stalin ressaltou que tudo seria feito de acordo com a Constituição soviética e não haveria consentimento em caso de interferência internacional nas eleições (US DEPARTMENT OF STATE, 2001-2009).

Ademais, a situação da Alemanha pós guerra também foi discutida, considerando uma possível partição do país em zonas aliadas de ocupação, e concordaram na participação da Comissão Consultiva Europeia para realizar estudo cuidadoso acerca do desmembramento antes que qualquer decisão fosse tomada.

A questão da criação de um órgão internacional, previamente debatida em Moscou com a assinatura da Declaração das Nações Unidas, também teve prosseguimento. Roosevelt pontuou sua perspectiva de que as Nações Unidas seriam principalmente regidas pelas quatro nações maiores (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e China), e estas teriam o poder de lidar imediatamente com qualquer ameaça à paz e qualquer emergência repentina que exija ação (US DEPARTMENT OF STATE, 2001-2009).

Em seguida, foi assinada uma declaração acerca da relação das três potências com o Irã, na qual foi prometida assistência econômica durante e depois da guerra, em troca do apoio contra a Alemanha. Além disso, foi manifestado o desejo pela manutenção da independência, soberania e integridade territorial do Irã (MILLER CENTER, [2022?]).

Por fim, a União Soviética comprometeu-se a entrar na guerra contra o Japão e expressou apoio aos planos de Roosevelt para as Nações Unidas. Com isso, Roosevelt acreditou que havia conquistado a confiança de Stalin ao provar disposição para negociações diretas entre Estados Unidos e União Soviética e, mais importante, ao garantir a abertura da segunda frente na França em junho de 1944. No entanto, Stalin também ganhou concessões provisórias na Europa Oriental que seriam confirmadas durante conferências futuras (MILLER CENTER, [2022?]).

4.6. Dumbarton Oaks

Nos meses de agosto a outubro de 1944, os representantes britânicos, chineses, estadunidenses e soviéticos reuniram-se em Georgetown, Washington. O encontro fundamentalmente se deu para discutir o futuro da organização internacional a ser fundada, previamente idealizada nas Conferências de Moscou. Na conferência, foi elaborado o documento denominado “As Propostas de Dumbarton Oaks para o Estabelecimento de uma Organização Internacional Geral”, composto de 12 itens, sendo esses respectivamente:

- I. Objetivos;
- II. Princípios;
- III. Membros;
- IV. Principais Órgãos;
- V. Assembleia Geral;
- VI. Conselho de Segurança;
- VII. Corte Internacional de Justiça;
- VIII. Arranjos Para a Manutenção de Paz e Segurança, Incluindo Prevenção e Supressão de Agressão;
- IX. Arranjos para Cooperação Social e Econômica Internacional;
- X. Secretariado;
- XI. Emendas;
- XII. Arranjos Transicionais (CORNELL UNIVERSITY, 2016).

No aspecto estrutural, a Organização seria composta por 4 órgãos principais: A Assembleia Geral, composta por todos os membros; o Conselho de Segurança, com 11 membros, sendo 5 permanentes e 6 rotatórios a cada 2 anos; a Corte Internacional de Justiça; e o Secretariado. Além destes, também haveria um Conselho Econômico e Social, que trabalharia sob jurisdição da Assembleia Geral.

Mediante suas funções e responsabilidades, a principal era centrada na prevenção de uma guerra futura. Apesar da Assembleia Geral poder recomendar ações de cooperação internacional, as medidas de caráter mandatório e de resolução de conflitos pertenceriam ao Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, [2022?]).

No plano, constava um item alegando que os países membros deveriam ter tropas à disposição do Conselho de Segurança para ações preventivas de guerra, partindo do princípio que a falha da Liga das Nações se deu pela ausência de prática. Entretanto, questões como o sistema de votação e a participação dos países da União Soviética foram deixadas em aberto, necessárias a serem discutidas em uma reunião futura (BRITANNICA, 2021).

Depois de finalizadas as discussões de elaboração, o documento foi enviado a todos os governos e populações dos países-membros para análise. A imprensa estadunidense exerceu um importante papel na divulgação do documento, fazendo com que governos de todo o globo manifestassem opiniões e críticas construtivas à idealização das Nações Unidas (BRITANNICA, 2021).

A Conferência de Dumbarton Oaks foi a última antes de Ialta, e foi o primeiro grande passo diante da criação da Organização das Nações Unidas, que se fez extremamente necessária para o cenário geopolítico global no contexto do pós-guerra.

5. Situação Atual

5.1. Questão Territorial

Uma das questões mais cruciais a serem debatidas nesse momento era a repartição da Alemanha, visto que as três potências - Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética - acreditavam ser fundamental a divisão do território para enfraquecer o país e evitar uma possível futura guerra. Sendo assim, debate-se, nesse momento, como essa divisão seria feita, tendo, por parte inglesa e estadunidense, a vontade de incluir a França em tal decisão. Em paralelo a repartição alemã, a repartição da Polônia, da Coreia e das zonas de influência dentro da Europa eram pautas territoriais de extrema importância na conferência (STETTINIUS, 2017). Para os soviéticos, era importante investir em um espaço o qual os permitiria um porto de água quente, a recuperação financeira e da mão de obra que haviam sofrido na guerra, e aumento de sua zona de influência, visando a recuperação do país pós guerra (LUCKHURST, 2020). Para os americanos, por sua vez, era fundamental a participação da URSS em uma organização internacional de manutenção da paz, além da participação dos mesmos na guerra do pacífico e no estabelecimento de zonas de influência.

Por fim, a repartição da Coreia é um dos tópicos mais relevantes do debate, tendo em vista os tanto os interesses americanos de manter domínio sobre Seul, como os soviéticos em manter sua influência na Ásia (BRITES, 2011).

5.2. Questão Econômica

Como já citado anteriormente, antes da Segunda Guerra Mundial o panorama econômico alemão era completamente desfavorável para a realização de novos investimentos de guerra. No entanto, a partir de 1932, novos projetos para financiar a criação de empregos e ressuscitar a economia alemã foram criados, visando sanar as preocupações do líder Adolf Hitler, visto que, cada vez mais, o Chanceler desejava aumentar sua popularidade.

Nessas condições, a solução encontrada por Hjalmar Schacht, comissário do Reichsbank e Ministro da Economia do Terceiro Reich, foi a criação de sociedades anônimas (firmas com fins lucrativos cujo patrimônio líquido é dividido entre diversos sócios ou empresas), como a Metallurgische Forschungsgesellschaft em maio de 1933, pois a Alemanha não possuía credibilidade para a realização de empréstimos externos. (PINTO, [2020?])

Dessa maneira, essas SAs, com o auxílio do governo, iniciaram o processo de ressuscitação da economia alemã, permitindo a realização de investimentos, sem a emissão abundante de papel-moeda (que poderia ocasionar uma aceleração da inflação e consequente insatisfação popular).

De certa forma, a estratégia de Schacht foi bem sucedida a longo prazo, posto que garantiu a recuperação das reservas externas alemães, o equilíbrio da taxa de inflação e a estabilização da taxa de juros. Entretanto, pouco se sabia que, no período de 1935 a 1938, as finanças estavam secretamente sendo utilizadas para financiar o rearmamento do Terceiro Reich, visando colocar em prática o projeto expansionista do Führer.

Em 1937, Schacht demite-se do cargo de Ministro da Economia, por discordar da demanda dos políticos nazistas por um aumento de gastos internos (principalmente em investimentos de guerra). Dessa forma, Hermann Göring assume o cargo, de acordo com as vontades do líder nazista. (KUZNETS, Cambridge)

No desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha sofria um novo retrocesso mediante ao grande aumento dos gastos públicos, levando o governo à beira da falência, principalmente mediante as perdas alemãs e a não desistência de Hitler em controlar grande parte do continente europeu. Não menos que esperado, no final do conflito a Alemanha, assim como grande parte da Europa, estava um completo caos monetário.

Nesse mesmo período pós Segunda Guerra, os Estados Unidos emergiram como uma grande potência mundial, detendo cerca de 25% do produto e do comércio global. Esse cenário já era esperado, na medida que o país entrou no conflito tardiamente, além de não obter seu território consideravelmente afetado.

Com isso, pôs-se em prática entre 1947 a 1951 o Plano Marshall cujo objetivo consistia em reconstruir economicamente os países da Europa Ocidental que foram severamente afetados durante as batalhas. Como todos os acordos, essa medida visava a formação de parcerias comerciais, aumentar o mercado consumidor para os produtos americanos, estabilizar a situação política e social na Alemanha e impedir o avanço da União Soviética, fortemente atuante na Europa Oriental. (PINTO, [2020?])

Além disso, destaca-se o protagonismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ao término do conflito. Junto com os Estados Unidos, a URSS tornou-se uma grande protagonista no cenário internacional. Nesse âmbito, a recuperação do poderio militar e econômico, após a expulsão dos soldados nazistas, garantiu uma grande influência soviética no Leste Europeu, além de almejar aumentar sua influência na porção Ocidental, como por exemplo conquistando parte do território alemão.

5.3. Questão Política

Já foi analisado anteriormente o modo como era feita a política no Estado Alemão enquanto os nazistas estavam no poder. O governo marcado pela violência, censura e falta de direitos pessoais – além da perseguição a milhões de judeus no território da Alemanha – foi perdendo sua popularidade ao passar da Guerra. Com famílias sendo dividas, atrocidades humanitárias cometidas e o país em uma grave crise econômica tentando arcar com os gastos de um confronto militar de tamanha escala, é fácil de entender o porquê do aumento da insatisfação popular perante o governo Nazista.

Ao final da Guerra, com a ocupação soviética do leste alemão e o governo de Hitler chegando ao fim, é possível caracterizar a situação política alemã como praticamente inexistente. O governo estava em ruínas, tentando de tudo para sustentar o final de uma guerra que já estava certamente perdida. Assim, se mostra a necessidade dos países ocupantes do território alemão de discutir o futuro político do país.

5.3.1. Polônia

A questão polonesa surge com o pretexto da Primeira Guerra Mundial, na qual a Alemanha perde o domínio sobre esse território devido ao Tratado de Versalhes. Dessa forma,

a Segunda Guerra Mundial tem seu estopim marcado pela invasão da Alemanha sobre a Polônia (FRANCO, 1995), uma vez que havia sido estabelecido no tratado uma proteção dos demais países europeus sobre o território polonês (ANELAY, 1995). Ainda nesse contexto, é importante ressaltar que a Polônia é um território de interesse soviético, uma vez que esses entraram em um acordo com os alemães para a repartição dessa terra. Nesse sentido, Stalin visava manter sua parte do acordo com a Alemanha Nazista, ou seja, sua parte do território polonês, e sugeriu em troca a anexação de territórios antes pertencentes a Alemanha por parte das potências presentes na Conferência de Ialta. Dizia, também, defender a democracia na Polônia enquanto também defendia a permanência do Estado provisório, que era pro-soviético, que só existiu porque o governo da Polônia teve que se exilar.

6. Tópicos a serem debatidos

O comitê tem como ponto de partida o final da Segunda Guerra com a indiscutível derrota alemã. Após a liberação da França e Bélgica, os Aliados faziam agora um avanço em direção à fronteira oeste da Alemanha enquanto os soviéticos se encontravam a 65 km de Berlim pelo lado leste. Faltava, apenas, descobrir o futuro europeu após o grande conflito militar.

Nessas condições, representantes políticos dos Estados Unidos da América, Reino Unido e União Soviética se reuniram, em uma situação onde era de extrema importância o debate acerca de diversos tópicos.

Primeiramente, a questão que, possivelmente, é dada como a mais essencial seria o futuro do Estado Alemão. Claramente, esse tópico abrange pontos desde a redivisão do território do país até a transição e o processo de desnazificação do mesmo – assim como julgamento dos diversos crimes cometidos durante a guerra, e aplicação de possíveis punições e sanções econômicas ao país. Como visto anteriormente, ao chegar na Conferência de Ialta o território alemão estava tomado por tropas soviéticas ao leste, e tropas americanas e inglesas ao oeste. Sendo assim, é visível a urgência de um debate quanto à questão do futuro alemão.

Outro assunto dado como de extrema importância para a realização da Conferência de Ialta seria a divisão do território e estruturação política da Polônia, que, como vista anteriormente, é uma área de extremo interesse soviético – com os mesmos tendo feito um acordo com o Estado Alemão sobre sua divisão. Nessa mesma linha, se discute o aumento da influência da União Soviética no Leste Europeu, assim como a participação e apoio por parte da União Soviética na guerra contra o Império do Japão;

Muitos outros assuntos são cabíveis para discussão durante os dias de conferência, mas cabe apontar o debate sobre a continuação do diálogo iniciado na conferência de Dumbarton Oaks, que faz referência a criação do que viria a se tornar as Nações Unidas. A Conferência de Ialta é a primeira que ocorreu após Oaks, com muitos governos acreditando na criação de uma organização que engloba todos países do mundo como o único meio verdadeiramente eficaz de evitar que uma tragédia humanitária como a Segunda Guerra Mundial ocorra novamente.

Os delegados não devem se restringir, portanto, aos poucos temas abordados neste tópico. Dezenas de diferentes assuntos podem, e devem, ser discutidos durante os dias de Conferência – consolidando Ialta como uma reunião importantíssima não só para o futuro da Alemanha e das 3 grandes potências presentes, mas para o futuro da humanidade.

7. Representações

7.1. Estados Unidos da América

A comitiva estadunidense entendia, ao entrar na Conferência, a posição privilegiada da União Soviética, que havia realizado avanços impressionantes no leste europeu, já havendo adentrado a Alemanha (DALLEK, 2020). Sendo assim, seu foco principal estava em outro front da guerra: o Pacífico. Era importante para os Estados Unidos assegurar ajuda soviética na luta contra o Japão, em uma tentativa de uma vitória mais rápida e com menos mortes americanas, (HAGLUND, 2012), uma vez que, diferente dos alemães, os japoneses estavam longe de se renderem (STEFAN, 1993).

Além disso, os Estados Unidos priorizavam a criação de uma organização internacional universal, as Nações Unidas, que pudesse trabalhar para evitar uma Terceira Guerra Mundial. Sendo assim, os estadunidenses buscavam usar a Conferência para garantir a participação soviética no projeto (HAGLUND, 2012), assim como definir a forma de votação que seria utilizada pelo Conselho de Segurança, tópico deixado em aberto na Conferência de Dumbarton Oaks, onde a estrutura da organização foi definida (UN, [s.d.]). O plano americano era o de providenciar vetos para as grandes potências vencedoras da guerra que, como decidido em Dumbarton, teriam um assento permanente (OFFICE OF THE HISTORIAN, [s.d.]).

Em relação às nações do Leste Europeu, os Estados Unidos acreditavam em sua autodeterminação e na presença de governos soberanos nesse território (ROOSEVELT, 1945), princípios estes que haviam defendido também no pós primeira-guerra (STEFAN,

1993), sob a liderança de Woodrow Wilson, e estavam explícitos na Carta do Atlântico (CIENCIALA, 1995). Apesar desse desejo, a comitiva entendia seu poder diminuto em relação a esse tópico, visto que as tropas soviéticas estavam no presente momento ocupando a Polônia e outros países na região (DALLEK, 2020). Era, portanto, um tópico menor na agenda estadunidense, que não queria ter que alocar tropas ou entrar em conflito com os soviéticos, com medo de uma queda de popularidade doméstica (STEFAN, 1993).

Na questão da Alemanha, os Estados Unidos buscavam decidir como seria feita sua divisão o mais rápido possível, preocupados que o avanço das tropas soviéticas na Alemanha trouxesse a ela domínio sobre uma parcela maior do território (STEFAN, 1993). Os burocratas americanos haviam discutido extensamente sobre como deveria funcionar o processo de desnazificação, e a comitiva de Roosevelt representava a vitória da teoria de “culpa coletiva”, que acreditava que os alemães deveriam internalizar serem culpados pela Segunda Guerra, e ser punidos por isso, apresentando os planos mais radicais em relação à Alemanha pós-guerra (MAYER, 2019).

7.2. Grã Bretanha

O Reino Unido chegou a Ialta com uma postura mediadora. Tendo lutado sozinha os primeiros anos da guerra, a Grã-Bretanha encontrava-se em péssima situação financeira, e com muito menos a oferecer diretamente do que os Estados Unidos e a Rússia, contando portanto, principalmente, com uma postura diplomática e de persuasão (BENNET, 2015). Central a essa estratégia, estava o desejo implícito do Reino Unido de manter seu status de grande potência (GROSSBERG, 2015).

Um dos principais pontos de discussão britânicos se dava em relação à França. O Reino Unido buscava criar um ambiente de equilíbrio de forças dentro da Europa, de modo que o continente não pudesse ser completamente influenciado por Stálin. Uma vez que não tinha forças para exercer essa influência sozinho, era de extrema importância que o pós-guerra visse o surgimento de uma França poderosa, que pudesse agir como aliada contra o poderio soviético e, ao mesmo tempo, colocar a Inglaterra em uma posição mais confortável em sua aliança com os EUA. (GROSSBERG, 2015). Sendo assim, os britânicos buscaram em Ialta garantir que a França fosse tratada como uma potência vencedora (HAGLUND, 2012).

A questão polonesa era também de grande importância para a Comitiva inglesa. A Grã-Bretanha mantinha fortes laços com a Polônia, já sendo sua aliada em 1939, antes da invasão alemã. Além disso, havia acolhido o governo exilado durante os anos de guerra,

assim como os seus soldados, que lutaram lado a lado a soldados bretões na liberação da Europa Ocidental. Sendo assim, o governo de Churchill passou os últimos anos agindo como um intermediário entre o destituído governo polonês e os soviéticos.

Entendendo a vantagem da União Soviética, o Reino Unido foi a Ialta tendendo a aceitar a fronteira leste estipulada por Stálin, em que a divisão entre Polônia e URSS seria na linha de Curzon. O ponto mais importante para os ingleses, porém, era a manutenção de um regime democrático e independente na Polônia, composto inicialmente a partir do governo pré-invasão (CIENCIALA, 1995).

7.3. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

No período em que a Conferência teve início, a União Soviética estava com “vantagem” quando comparada às outras partes, visto que o Exército Vermelho encontrava-se muito próximo de Berlim, e ocupava quase toda a Europa Oriental (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2021). O líder Stalin possuía fortes demandas para a Conferência, e dentre as principais, estão as pautas acerca da questão polonesa.

Havia a demanda por uma esfera de influência política soviética no Leste e Centro europeus, especialmente a Polônia, como forma de estabelecer uma estratégia de segurança nacional. Stalin afirmava que a questão da Polônia era de honra e segurança, já que havia servido de corredor para as forças que tentaram invadir a Rússia (OFFICE OF THE HISTORIAN). Além disso, Stalin estabeleceu que as demandas do governo polonês em exílio não eram passíveis de negociação e a URSS manteria o território do leste polonês já anexado em 1939. Com isso, a Polônia seria compensada por estender suas fronteiras ao oeste pela Alemanha, e Stalin também prometeu eleições livres na Polônia, apesar do recém instaurado governo polonês apoiado pela URSS nos territórios ocupados pelo Exército Vermelho (THE NATIONAL ARCHIVES, 2020).

Para além da questão polonesa, os objetivos soviéticos principais eram ajuda econômica no pós-guerra para a Rússia, oriundas de sanções econômicas impostas à Alemanha, e reconhecimento de uma esfera de influência soviética no Leste Europeu por parte do Reino Unido e dos EUA. No que tange ao estabelecimento da Organização das Nações Unidas, Stalin requisitava representação de todas as 16 repúblicas soviéticas, contudo divididas em 3 (União Soviética como um todo, Bielorrússia e Ucrânia) (HISTORY, 2021).

8. Referências

ANELAY, Thomas Raymond et al. **Debate on Yalta: Poland, the Far East, and American domestic politics**, 1944-1955. 1978. Tese de Doutorado. Keele University. Disponível em: <https://digitalcommons.providence.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=history_undergrad_theses>. Acesso em 29 maio de 2022

AXELROD, Alan. **Encyclopedia of World War II**, Volume I. Nova York: H W Fowler, 2007

BBC NEWS BRASIL. **O encontro em que 3 homens redesenharam o mundo há 75 anos**, [s.d.], 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51334970>> Acesso em: 25 de junho de 2022

BENNET, Gill. What's the context? 4 February 1945: The Yalta Conference Opens. **GOV.UK**, 2015. Disponível em: <https://history.blog.gov.uk/2015/02/04/whats-the-context-4-february-1945-the-yalta-conference-opens/>. Acesso em 14 jun. 2022

BRITANNICA. **Axis powers**. *Encyclopedia Britannica*, 18 Feb. 2020, <https://www.britannica.com/topic/Axis-Powers>. Acesso 30 maio 2022.

BRITANNICA. **Casablanca Conference**. 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Casablanca-Conference>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

BRITANNICA. **Dumbarton Oaks Conference**. 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Dumbarton-Oaks-Conference>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

BRITANNICA. **Tehran Conference**. 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Tehran-Conference>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

BRITES, P. V. P. **A situação na península coreana : estrutura, panorama e cenários**. www.lume.ufrgs.br, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40296>>. Acesso em: 25 de junho de 2022

CASSIDY, Henry. **Moscou Dateline 1941-1943**. Verdun Press, 2016.

CIENCIALA, Anna. Great Britain and Poland before and after Yalta (1943-1945): A Reassessment. *The Polish Review*, vol. 40, n. 3, pp 281-313. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25778862>. Acesso em 14 jun. 2022.

CONFERÊNCIA de Moscou = MOSCOW CONFERENCE. Outubro, 1943. Disponível em: <http://www.ibiblio.org/pha/policy/1943/431000a.html>. Acesso em 28 mai. 2022

CORNELL UNIVERSITY. **The United Nations Dumbarton Oaks Proposals for a General International Organization.** 2016. Disponível em: <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:21796682>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

DALLEK, Matthew. Yalta's idealistic goals, doomed missteps and conflicts. **The Washington Post**, Washington DC, 23 abr. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/outlook/yaltas-idealistic-goals-doomed-by-missteps-and-conflicts/2020/04/23/f52bd20c-742c-11ea-87da-77a8136c1a6d_story.html>. Acesso em 12 jun. 2022

DORNBUSCH, Rudiger. Como deter a hiperinflação: lições da experiência inflacionária alemã da década de 20. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.16, n. 1, pp. 61- 85, abril 1986

ESPÍNDOLA, Januário Della Mea. O JAPÃO FACE À ALIANÇA NORTE-AMERICANA: A REDEFINIÇÃO DO PAPEL JAPONÊS COMO LIDERANÇA MUNDIAL. **Japão na Segunda Guerra Mundial**, Ufrgs, ano 2017, v. 1, n. 1, p. 2, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo7.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FEINSTEIN, Charles; TEMIN, Peter; TONIOLO, Gianni. *The European Economy Between the Wars*. Nova Iorque: Oxford, 1997.

FERNANDES, Alexandre Ramos. A ANÁLISE DOS ANTECEDENTES QUE CULMINARAM COM O ATAQUE JAPONÊS À BASE AMERICANA EM PEARL HARBOR. **Ataque à Pearl Harbor**, RUNA, ano 2017, v. 1, n. 1, p. 1-6, 30 nov. 2019. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/11940/1/TCC_Pearl%20Harbor.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FGV CPDOC. **Conferências Aliadas.** 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra/ConferenciasAliadas>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

FOLLY, Martin H.. **The Palgrave Concise Historical Atlas of the Second World War**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

FRANCO, España. la Segunda Guerra Mundial. **Entre el Eje y la neutralidad**, Madrid, Temas de Hoy, 1995. Disponível em: <<https://educaemcasa.petropolis.rj.gov.br/uploads/arquivos/1635978854-historia-9-ano-segunda-guerra-sem01a05-nov-pdf.pdf>>. Acesso em 29 maio 2022

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 2014.

GILBERT, Martin. **Road to Victory: Winston S. Churchill 1941-45**. Londres: Hermann/Minerva, 1986.

GINSBORG, Paul. **A History of Contemporary Italy: 1943-1980**. Londres: Penguin Books, 1990

GRAHAM, Dominick; BIDWELL, Shelford. **Tug of War: The Battle for Italy 1943-45**. [S.l]: Pen & Sword Military Classics, 2004

GROSSBERG, Matthew M.. **Yalta, a Tripartite Negotiation to form the Post-War World Order: Planning for the Conference, the Big Three's Strategies**. [s.l], Indiana University, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/7978/Yalta%20-%20Matthew%20Grossberg.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 jun. 2022

HAGLUND, David G. Yalta: The Price of Peace. **Presidential Studies Quarterly**, vol. 42, n. 2, pp 419, jun, 2012. Disponível em <link.gale.com/apps/doc/A288290572/GPS?u=wikipedia&sid=bookmark-GPS&xid=41b9de88>. Acesso 12 jun. 2022

HARRIS, Charles Reginald Schiller. **Allied Military Administration of Italy, 1943-1945**. Londres: H.M. Stationery Office, 1957

HISTORY. **Yalta Conference foreshadows the Cold War**. 2021. Disponível em: <<https://www.history.com/this-day-in-history/yalta-conference-foreshadows-the-cold-war>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

HITCHCOCK, William I.. **The Bitter Road to Freedom: a New History of the Liberation of Europe.** [S.l]: Free Press, 2009. Disponível em: <<https://scienzepolitiche.unical.it/bacheca/archivio/materiale/2467>>. Acesso em 29 maio 2022

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914 - 1991** . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

JACKSON, Julian. **France: the dark years, 1940-1944.** Nova York: Oxford University Press, 1954. Disponível em: <<https://archive.org/details/france00juli/page/126/mode/2up>>. Acesso em 28 maio 2022

JACKSON, Julian. **The Fall of France: The Nazi Invasion of 1940.** Nova York: Oxford University Press, 2003.

JR, E. R. S. **Roosevelt and the Russians: The Yalta Conference.** [s.l.] Pickle Partners Publishing, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ES9BDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=the+territorial+issues+in+the+ialta+conference&ots=eSrAe32YPS&sig=2Xp-uiZRm5M3pcwyYGU5MppuaTk#v=onepage&q=the%20territorial%20issues%20in%20the%20ialta%20conference&f=false>> Acesso em: 22 de junho de 2022.

KUZNETS, S. **O Crescimento Econômico do Pós-Guerra.** Cambridge, Massachusetts. Harvard University. 1966. 148p. Tradução: Editora Fundo de Cultura.

LIMA, Thiago. Pearl Harbor | **Batalhas da Segunda Guerra Mundial.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=OgWSetYrpYk>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022

LITHUANIA TRIBUNE. **The Gestapo and the NKVD: a history of Soviet-Nazi cooperation.** 2020. Disponível em: <<https://lithuaniatribune.com/soviet-nazi-cooperation/>>. Acesso em 9 de junho de 2022.

LORD, Walter. **The Miracle of Dunkirk: The True Story of Operation Dynamo.** [S.l]: Open Road Media, 2017.

LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo** - 4a edição. [S.l.]: Penso, 2011.

MAYER, Alice. **The Failed Post-War Experiment**: How contemporary scholars address the impact of Allied denazification on post-World War II Germany. [s.l.] John Carroll University, 2020. Disponível em <<https://collected.jcu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1130&context=mastersessays>>. Acesso em 12 jun. 2022

MILLER CENTER. **December 1, 1943: The Tehran Declaration**. 2022?. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-1-1943-tehran-declaration>> . Acesso em 1 de fevereiro de 2022.

MUNHOLLAND, Kim. Wartime France: Remembering Vichy. **French Historical Studies**, vol. 18, no. 3, p. 801-820, 1994.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **La Conferencia de Yalta, el Inicio de la Guerra Fría**. 2021. Disponível em: <https://historia.nationalgeographic.com.es/a/conferencia-yalta-inicio-guerra-fria_16289>. Acesso em 25 de maio de 2022.

PESZKE, Michael Alfred. An Introduction to the English-Language Literature on the Polish Armed Forces in World War II. **The Journal of Military History**, vol. 70, no.4, p. 1029-1064, out. 2006. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/204709>>. Acesso em 28 maio 2022

PINTO, Tales dos Santos. "**O que é Plano Marshall?**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-plano-marshall.htm>.

RAY, Michael. Battle of Midway: World War II. **Battle of Midway**, Encyclopaedia Britannica, ano 2022, v. 1, n. 1, p. 1, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Battle-of-Midway>. Acesso em: 29 maio 2022.

RAY, Michael. Battle of the Coral Sea: World War II. **Battle of the Coral Sea**, Encyclopedia Britannica, ano 2022, v. 1, n. 1, p. 1, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Battle-of-the-Coral-Sea>. Acesso em: 29 maio 2022.

RAY, Michael. Doolittle Raid: World War II. **Doolittle Raid**, Encyclopedia Britannica, ano 2022, v. 1, n. 1, p. 1, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Doolittle-Raid>>. Acesso em: 29 maio 2022.

ROOSEVELT, Franklin. **Radio Address to the Nation re the State of the Union**. Washington DC, 6 jan. 1945. Disponível em http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/msf/msfb0205. Acesso em 12 jun. 2022

ROYDE-SMITH, John Graham. World War II. **World War II**, Encyclopedia Britannica, ano 2022, v. 1, n. 1, p. 1, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/World-War-II/additional-info#history>. Acesso em: 29 maio 2022.

STEFAN, Charles G. Yalta Revisited: An Update on the Diplomacy of FDR and His Wartime Summit Partners. **Presidential Studies Quarterly**, v. 23, n.4, p. 755-770, 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27551152>>. Acesso em 12 jun, 2022

STEININGER, Rolf. **Austria, Germany, and the Cold War: From the Anschluss to the State Treaty 1938-1955**. Nova York: Berghahn Books, 2008.

THE AVALON PROJECT. **The Moscow Conference; October, 1943**. 1950. Disponível em: <<https://avalon.law.yale.edu/wwii/moscow.asp>> . Acesso em 1 de fevereiro de 2022.

THE NATIONAL ARCHIVES. **‘What went wrong on Poland’: Reconsidering the legacy of the Yalta Agreement**. 2020. Disponível em: <<https://blog.nationalarchives.gov.uk/what-went-wrong-on-poland-reconsidering-the-legacy-of-the-yalta-agreement/>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

THE PUBLIC’S LIBRARY AND DIGITAL ARCHIVE. **By ADOLF HITLER, Chancellor of Germany Delivered to the Reichstag, October 6, 1939**. Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1939/1939-10-06a.html>>. Acesso em 9 de junho de 2022.

The Yalta Conference, 1945. **Office of the Historian**, [s.d.]. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/yalta-conf> . Acesso 12 jun. 2022

UNITED NATIONS. **1944-1945: Dumbarton Oaks and Yalta**. [2022?]. Disponível em: <<https://www.unsecretariat.net/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-yalta/index.html>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

UNITED NATIONS. **History of the UN**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/ru/node/44721>. Acesso em 12 jun. 2022

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **A Segunda Guerra Mundial na Europa**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>>. Acesso em 9 de junho de 2022.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Cracóvia: Linha Cronológica**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/krakow-key-dates>>. Acesso em 9 de junho de 2022.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **O Holocausto e a Segunda Guerra Mundial: Linha Cronológica**. 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-holocaust-and-world-war-ii-key-dates>>. Acesso em 9 de junho de 2022.

US DEPARTMENT OF STATE. **The Tehran Conference, 1943**. 2001-2009. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/wwii/104429.htm>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2022.

WIERVIORKA, Olivier. **Normandy: The Landings to the liberation of Paris**. [S.l.]: Belknap Press, 2010

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE. **The Cairo Declaration, November 26, 1943**. 1961. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/122101>> . Acesso em 28 de janeiro de 2022.

ZIEMKE, Earl F.. **The German Decision to Invade Norway and Denmark**. Washington D.C.: Center of Military History, U.S. Army, 1990